

Comércio Exterior Estreita os Laços entre China e América Latina

Interesses econômicos mútuos fizeram com que o relacionamento comercial entre a China e os países da América Latina florescesse nos últimos anos, e muitos são os benefícios para os participantes. Mas como as políticas comercial e monetária - que já são fonte de atritos - afetarão, no futuro, o frágil equilíbrio de interesses?

Assim como a economia da China cresceu, o mesmo ocorreu com sua influência econômica sobre a América Latina. As importações chinesas originárias da América Latina, principalmente *commodities*, aumentaram repentinamente e exerceram grande impacto sobre a economia dos países exportadores da região, ao mesmo tempo em que as importações latino-americanas de produtos chineses tiveram efeito significativo tanto sobre os consumidores, quanto sobre os produtores. A China é agora o principal parceiro comercial do Brasil, o segundo maior mercado exportador do Chile e o segundo maior parceiro comercial do Peru. Esses três países experimentaram grandes níveis de crescimento econômico nos últimos anos. Por outro lado, os países que não são grandes exportadores de *commodities* para a China, tais como o México e os países da América Central, não experimentaram esses mesmos níveis de crescimento.

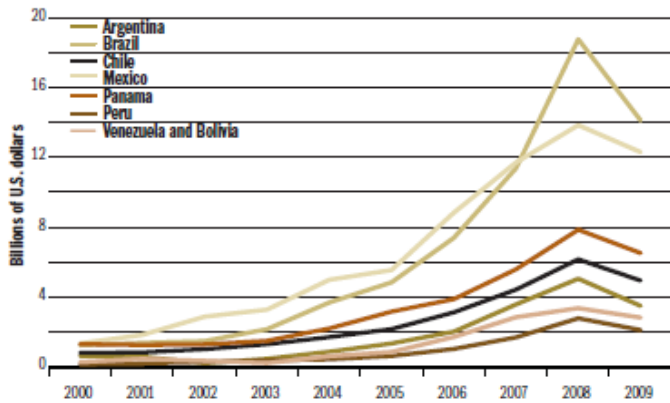
A partir de 2000, o crescimento econômico real anual da China atingiu uma extraordinária média de 10,3% elevando-a agora ao segundo lugar entre as maiores economias do mundo em termos de produto interno bruto (PIB), de acordo com as taxas de câmbio oficiais. No ano de 2000, o comércio da China com a América Latina somou pouco mais de US\$12 bilhões. Em 2009, havia crescido para cerca de US\$118 bilhões. A Unidade de Inteligência do "The Economist" estima que durante os próximos cinco anos, o crescimento do PIB real da China ficará entre 8% e 9%, tornando a contínua demanda por parte da China componente essencial para o crescimento global e um importante mercado para as exportações da América Latina. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC) da Organização das Nações Unidas prevê que em 2015 a China terá ultrapassado a União Européia tornando-se o segundo maior mercado de exportação da América Latina logo abaixo dos Estados Unidos, e que em 2020 a China terá comprado quase 20% do total das exportações da região.

A demanda chinesa por exportações da América Latina desempenhou papel vital durante a crise financeira e a recessão mundial. Diferentemente das recessões anteriores, as economias da América Latina estavam fortes quando a recessão teve início, com sólidos princípios macro-econômicos internos (tais como baixo déficit fiscal e da conta corrente e um nível maior de flexibilidade cambial), baixos níveis de dívida externa de curto prazo e altos níveis de reservas internacionais. A demanda chinesa por *commodities* fez com que as economias de



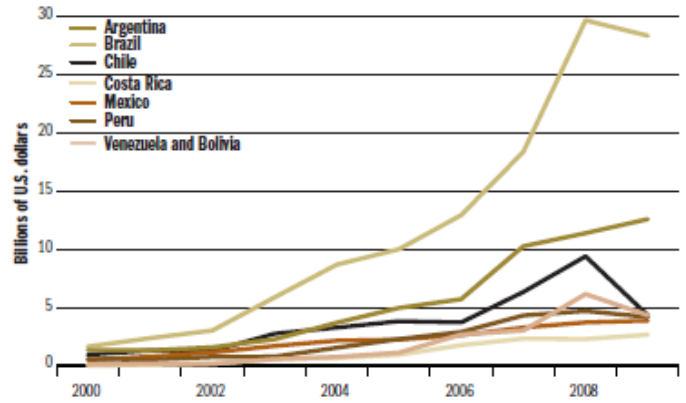
exportação experimentassem volumes crescentes e altos preços para os seus produtos. Não coincidentemente, os países da América Latina com os maiores níveis de exportação para a China, incluindo Brasil, Chile, Peru e Argentina (vide quadro 1), foram os países que se recuperaram mais rapidamente da recessão.

Chart 1
Latin American Exports to China



Source: International Monetary Fund, Direction of Trade Statistics

Chart 2
China's Imports from Latin America



Source: International Monetary Fund, Direction of Trade Statistics

Nos últimos anos, as importações oriundas da China também aumentaram consideravelmente na região, especialmente com referência ao Brasil, México, Chile, Venezuela e Argentina, e essa rápida taxa de aumento somente diminuiu seu ritmo durante a crise econômica de 2009 (vide quadro 2). Essas importações provenientes da China concentram-se em bens industrializados e manufaturados (vide quadro 3). A China também está investindo em projetos de geração de energia e mineração em toda a região.

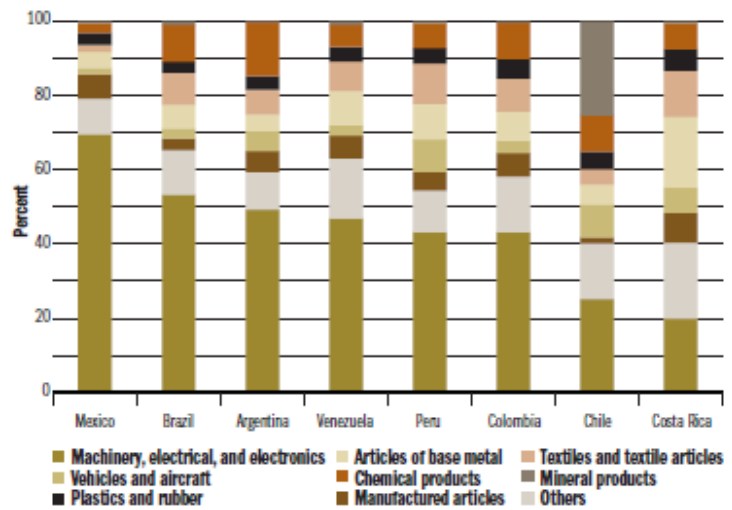
O progresso dos bens industrializados

No que diz respeito ao comércio entre China e América Latina, a região tem uma clara vantagem comparativa em relação aos produtos primários (matérias-primas e recursos utilizados no processo manufatureiro), mas outros fatores também afetam a composição do comércio internacional. A China impõe barreiras comerciais, inclusive por meio de tarifas relativamente altas e diretivas de empresas estatais que priorizam a compra de produtos nacionais. As restrições sobre o comércio também tendem a aumentar conforme o nível de industrialização e o valor agregado ao produto comercializado. Por exemplo, a Argentina enfrentou uma disputa comercial com a China quando tentou exportar, para lá, óleo de soja em vez de grãos crus de soja. Quando seus carregamentos foram considerados não aceitáveis devido a alegações de natureza sanitária, a Argentina voltou atrás e passou a embarcar novamente soja em grãos. Finalmente, as políticas de comércio exterior da China que controlavam o valor do iuan chinês, servem para aumentar o preço das exportações da América Latina para a China. Consideradas conjuntamente, essas restrições complicam os esforços para o aumento das exportações de mais produtos industrializados ou manufaturados.

No entanto, um "boom" na exportação baseado apenas em alguns produtos primários não está livre de riscos. Uma desaceleração significativa na China teria importante impacto sobre o crescimento da América Latina, na medida em que reduziria o comércio exterior e os fluxos de investimentos. Ademais, além do fato de o aumento das exportações baseado apenas em alguns produtos primários deixar tal país vulnerável à volatilidade de preços, os países que estiverem passando por um excepcional aumento dos recursos naturais ficarão vulneráveis à denominada maldição dos recursos, também conhecida como doença holandesa, cujo efeito é desviar investimentos de outras atividades econômicas. (Para uma descrição detalhada da maldição dos recursos, vide o artigo "As Descobertas de Petróleo no Brasil Apresentam Novos Desafios" na edição da *EconSouth* do primeiro trimestre de 2011). Em suma, os países da América Latina enfrentam sua parcela de desafios quanto à diversificação da limitada variedade de bens que atualmente exportam para a China.

Embora a América Latina exporte principalmente produtos primários para a China, suas importações daquele país são principalmente de produtos industrializados que têm maior valor agregado e exigem mais insumos de mão de obra e capital. A maioria das importações da China consiste em maquinários, eletrônicos e produtos manufaturados (vide quadro 3). Essa assimetria no comércio exterior é uma questão a ser considerada na América Latina visto que os produtos primários são finitos, seus valores agregados são limitados e seus potenciais impactos no desenvolvimento em longo prazo também podem ser limitados se receitas desses recursos não forem distribuídas de forma racional.

Chart 3
Latin American Imports From China



Note: Data are for 2010.
Source: Inter-American Development Bank

Comércio entre América Latina e China: Uma fábula sobre duas regiões?

Conforme destacado por um recente relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os mercados emergentes lideram o crescimento global e agora respondem por 75% do aumento da demanda mundial, comparados aos 50% dos anos anteriores. Esses países, cujo comércio exterior está concentrado nos locais onde o crescimento é mais forte - principalmente na Ásia emergente -, estão colhendo os benefícios de preços mais elevados por suas *commodities* e maior entrada de fluxo de capital. O BID chama esses países de "cluster brasileiro", que também inclui Argentina, Chile e Peru. Paulo Sotero, diretor do Instituto Brasil do Woodrow Wilson Center, resumiu claramente esse relacionamento ao dizer em uma reportagem que o "Brasil provavelmente não seria um mercado emergente e um país emergente hoje em dia sem suas relações comerciais com a China. Não se pode entender o crescimento econômico do Brasil sem o comércio com a China."

Contrastando com o "cluster brasileiro", o relatório do BID agrupa os países da América Central e do Caribe com o México no "cluster mexicano". Esses são países com maior exposição ao comércio com os Estados Unidos e outros países industrializados e que com mais frequência tendem a ser importadores de *commodities* (com exceção das exportações de petróleo do México). Sua dependência de regiões com crescimento mais lento quanto ao comércio, turismo, investimentos e remessas contribuiu para uma recuperação mais lenta da recessão global. Além disso, o BID alega que esses dois clusters de países estão em diferentes trajetórias de crescimento ao sumarizar no título do relatório: *One Region, Two Speeds?* [Uma Região, Duas Velocidades?]

Os fatores que contribuem para essas "duas velocidades" estão descritos mais detalhadamente no livro de 2010 de Kevin P. Gallagher e Roberto Porzecanski, *The Dragon in the Room: China and the Future of Latin American Industrialization* [O Dragão na Sala: China e o Futuro da Industrialização na América Latina] que descreve como as exportações Latino-americanas para a China estão concentradas em poucos países e em um pequeno grupo de *commodities*. Os autores observam que as dez principais *commodities* exportadas da América Latina para a China representam 91% de todas as exportações de *commodities* e 74% do total das exportações para a China. As cinco principais *commodities* representam 75% das exportações desses bens para a China e 60% do total das exportações da América Latina para a China. Com referência a essas cinco principais *commodities* (vide quadro 4), quatro países dominam a lista: Argentina, Brasil, Chile e Peru. Assim, ao descrever o aumento das *commodities* da região, há um grupo de países que são os "vencedores."

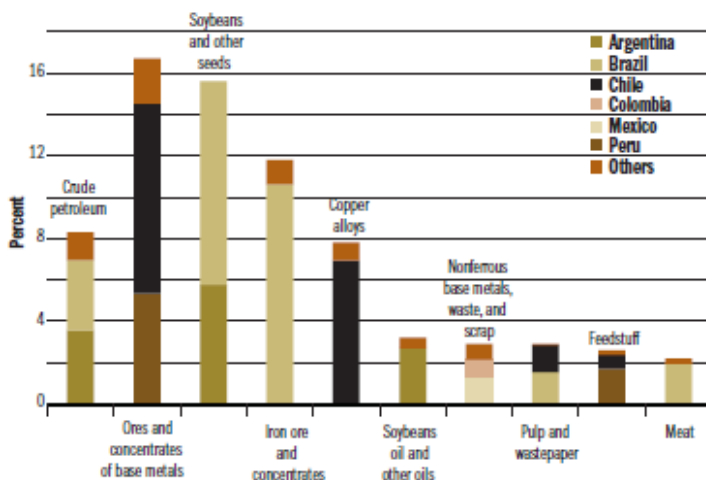
Para um país como o México, que não é um grande exportador de *commodities* para a China, mas sim um competidor direto desse país na exportação de produtos manufaturados, a situação é bem menos favorável. Gallagher e Porzecanski analisaram o nível em que a China é uma ameaça competitiva às exportações latino-americanas. Eles classificaram a China como uma ameaça direta em determinado setor se suas exportações de produtos manufaturados aumentassem enquanto as exportações de determinado país latino americano diminuísse, e uma ameaça parcial se as exportações de ambos os países aumentassem, mas aquelas da China aumentassem a uma taxa mais elevada. Usando dados de 2007, os autores consideraram que a China era uma ameaça direta a 70% das exportações de produtos manufaturados do México e uma ameaça parcial a 28% de suas exportações de produtos manufaturados. Ou seja, 98% das exportações de produtos manufaturados do México (que representam 73% do total das exportações do México) enfrentaram uma ameaça competitiva da China.

Por outro lado, a ameaça competitiva da China em relação ao Brasil é menor (vide barra lateral). Somente 39% do total das exportações brasileiras são produtos manufaturados e desses, apenas 9% enfrentaram ameaça direta da China, e 30% enfrentaram ameaça parcial. No total, para a América Latina e o Caribe, a competição chinesa é uma ameaça direta ou parcial a 93% das exportações de produtos manufaturados. Quando estes são agrupados com as *commodities*, a concorrência chinesa é uma ameaça a 41% do total das exportações.

Desenvolvimento de uma relação complexa

A demanda por *commodities* está mantendo os preços elevados, trazendo benefícios à América Latina, concentrados entre seis países. Por outro lado, os produtores Latino-americanos estão enfrentando competição acirrada com relação às exportações. Embora o México seja o país mais fortemente afetado, o rápido aumento das importações de produtos manufaturados da China criou tensão em toda a região.

Chart 4
Latin American Commodity Exports to China



Source: *The Dragon in the Room: China and The Future of Latin American Industrialization* by Kevin P. Gallagher and Roberto Porzecanski (Stanford University Press, 2010)

Evidentemente, o relacionamento entre a China e a América Latina é complexo. Alguns países - tais como Brasil, Chile, Peru e Argentina - viram a receita das exportações decolar com o comércio exterior contribuindo para os altos níveis de crescimento do PIB. Outros países - como o México e os países da América Central - não colheram tais benefícios do comércio com a China. De fato, os países que concorrem com a China na arena de exportações de produtos manufaturados enfrentam desafios importantes. O governo brasileiro fez um esforço significativo para reduzir os desequilíbrios comerciais, mas está claro que muitas das assimetrias estão profundamente inseridas nas relações comerciais existentes. Os amplos contornos das relações econômicas entre China e América Latina, provavelmente persistirão nos próximos anos.

Este artigo foi escrito por Stephen J. Kay, coordenador do Centro das Américas do FED de Atlanta, e Gustavo Canavire-Bacarreza, estagiário de pesquisa no FED de Atlanta e candidato a PhD em Economia pela Georgia State University.

Barra Lateral:

Relacionamento Brasil-China

O comércio bilateral entre Brasil e China decolou entre os anos de 2000 e 2010, indo de US\$2 bilhões para US\$56,2 bilhões nesse período. Além de ultrapassar os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil, a China também se tornou o maior investidor estrangeiro individual direto no Brasil em 2010, com US\$17 bilhões, subindo do 29o lugar que, como investidor, ocupava um ano antes. Embora a demanda chinesa tenha sido um fator importante na recuperação econômica do Brasil, as relações Brasil-China também enfrentaram sua parcela de atrito.

As crescentes importações da China, que aumentaram 61% em 2010 em relação aos níveis de 2009 e 47% nos dois primeiros meses de 2011 ano a ano, causaram preocupação considerável entre os produtores brasileiros e levaram a crescentes tensões entre os dois países. Em 2010, 84% das exportações do Brasil para a China foram de matérias-primas, sendo que minério de ferro, soja e petróleo responderam por três quartos das exportações. Enquanto isso, 98% das importações da China eram produtos manufaturados, liderados por televisões, telas de LCD e telefones. As políticas cambiais chinesas, que servem para desvalorizar sua moeda, combinadas com a força do real brasileiro, exacerbaram as pressões sobre os industriais brasileiros. O severo impacto sobre as indústrias têxtil e de calçados brasileiras levou a Confederação Nacional da Indústria a advertir sobre a desindustrialização desses setores. Alguns industriais obtiveram êxito em seus pedidos de proteção governamental: em dezembro de 2010, o Brasil aumentou suas tarifas sobre as importações em uma lista de brinquedos, de 20% para 35%. O Brasil também iniciou uma série de investigações anti-dumping contra produtos chineses.

Uma vez que as atuais relações entre Brasil e China são aquelas em que o Brasil exporta matérias-primas e importa produtos manufaturados, o Brasil está buscando um melhor equilíbrio. O país busca vender mais produtos com valor agregado e industrializados para a China e quer que os investimentos chineses vão além da extração de recursos naturais. Noventa por cento dos investimentos estrangeiros diretos são em recursos naturais.

Em abril de 2011, em sua viagem para a China, a Presidente do Brasil, Dilma Roussef, assinou 22 acordos de cooperação que incluíam o desenvolvimento conjunto de tecnologia agrícola e biocombustíveis e pesquisa e desenvolvimento de nanotecnologia, eletricidade e petróleo. Por exemplo, a Petrobrás, a estatal brasileira de energia, comprometeu-se a trabalhar com as empresas chinesas Sinochem e Sinopec em tecnologia de prospecção em águas profundas. (Vide artigo "As Descobertas de Petróleo no Brasil Apresentam Novos Desafios" na edição da *EconSouth* do primeiro trimestre de 2011). A Vale, empresa brasileira de mineração, recebeu um empréstimo de US\$1,23 bilhões do Banco Chinês de Exportação e Importação para construir 19 navios cargueiros de grande porte (denominados "monstros marinhos") para transporte de minério de ferro. A China também se comprometeu a adquirir aviões brasileiros da Embraer no valor de US\$1,2 bilhões, e foi dito que a Foxconn, baseada em Taiwan, estava considerando um investimento de cinco anos no Brasil no valor de US\$12 bilhões. No entanto, apesar desses compromissos, considerando a demanda chinesa por matérias-primas brasileiras e a necessidade de investimentos por parte Brasil (para não mencionar a atração das importações de produtos manufaturados chineses a baixos preços), é bastante improvável que os padrões básicos das relações comerciais entre China e Brasil mudem no futuro próximo.